

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 1893 E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O RIO GRANDE DO SUL

Thaís Schmidt Salgado Vaz de Castro thaissalgado@hotmail.com, Professor Dr.
Cyro de Barros Rezende Filho profcyro@yahoo.com.br

Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, Rua Visconde do Rio Branco, nº 22 –
Centro – Taubaté / SP – CEP: 12020-040, letras@unitau.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo explicar a repercussão da Revolução Federalista de 1893 no contexto nacional, e principalmente para o Rio Grande do Sul. Para tanto foi preciso apontar a influência do Positivismo dentro das Escolas Militares, a proclamação da República e os governos do Marechal Deodoro e Floriano Peixoto. Por fim, relata as posições políticas de Julio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins que disputavam o governo do Rio Grande do Sul levando a Revolução de 1893. Para este artigo foi usada apenas pesquisa bibliográfica, sendo os principais referenciais José Murilo de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda, Florindo D. Grassi,, Celso Castro ,Carlos Reverbel, e Cleber Pacheco.

Palavras Chave: República; Revolução Federalista; Julio de Castilhos; Gaspar Silveira Martins.

Área do conhecimento: História

Introdução

Este artigo tem o objetivo de demonstrar as visões correntes no Rio Grande do Sul da proclamação da República do Brasil, tendo como foco a visão dos militares que estudaram, ou não nas Escolas Militares. Para tanto, vai-se apresentar as propostas políticas após 15 de novembro, a ideologia dos oficiais durante seus estudos, a situação governamental no sul do país, a Revolução Federalista e as repercussões desta no cenário nacional e regional.

Metodologia

Foram utilizadas somente pesquisa bibliográfica, cujo os referenciais são José Murilo de Carvalho, Florindo D. Grassi, Arthur Ferreira Filho, Celso Castro e também Carlos Reverbel, Elmar BONES e Cleber Pacheco.

Contexto

A República foi proclamada após sessenta e sete anos de regime monárquico. Para isso, foi

preciso o exílio do Imperador Pedro II e a junção de crises (aboliconista, religiosa e militar) que tiveram seu estopim na véspera da Proclamação da República. Por crise aboliconista entende-se o apoio tardio dos grandes fazendeiros à causa republicana, por se sentirem traídos após a abolição definitiva da escravidão sem indenização em 1888. Já a crise religiosa deu-se após a desobediência de dois bispos ao Imperador, quando acataram uma bula papal desaprovada por Dom Pedro II. E a questão militar foi causada pelo desprestígio que os militares sofriam ao longo do Império, como por exemplo, a baixa remuneração, a proibição de manifestos na imprensa e a ínfima participação dos militares na política. Todos estes fatos contribuíram para a oposição entre os civis, chamados de *casacas*, e os militares conhecidos como os *pardas*.

Com a proclamação da República em 1889, foi necessário a implantação de um novo regime de governo. José Murilo de Carvalho relata que não havia um consenso entre os militares a respeito do modelo a ser adotado no Brasil. Segundo o autor, havia três modelos a serem discutidos: O representado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que composto

essencialmente por militares, desejava a República como uma forma corporativa, em que os militares predominassem; o proposto por Benjamim Constant que propunha a constituição de uma forma positivista, sociocrática e pacifista; e o liderado por Quintino Bocaiúva, defensor de uma forma republicana liberal, com a aliança entre militares e civis.

Além das diversas formas pretendidas, era preciso considerar a posição dos dissidentes dos antigos partidos imperiais. Boris Fausto aponta que os principais representantes de São Paulo e Minas Gerais gostariam de implementar uma República federativa, e os membros do Partido Republicano Paulista uma República liberal. Já o Rio Grande do Sul, provavelmente devido a influência da presença militar, tornou-se o principal foco positivista do Brasil republicano.

O positivismo foi descrito como sendo uma das correntes filosóficas que influenciaram os militares no rompimento com o Império. Ele foi aceito por ser

“a única doutrina que oferecia uma estrutura forte e coerente para se opor ao *ethos* católico dissolvente[...] influencia no Brasil no século XX [...]sobretudo pelo apelo a uma abordagem científica para a compreensão da sociedade e da história. (SKIDMORE, 2003, p.98)

Já Celso Castro explica a influência do positivismo, mas desmitifica a atuação de Benjamim Constant como líder da jovem oficialidade. São apontados vários fatores para explicar tal influência. Em primeiro lugar, era recente a existência de uma Academia Militar no Brasil. Até o fim do século XIX o oficialato ou era composto por mercenários ou recrutado diretamente da aristocracia rural. Sendo assim, este grupo era dotado de relativa autonomia em relação ao restante da sociedade (CASTRO,1995, p. 19)

O relativo atraso das praças militares em relação ao oficialato devia-se a posição “marginal ocupada pelo exército durante o Império” (CASTRO,1995, P. 20.). Isso se explica pela predominância do poder civil na política e da homogeneidade ideológica feita pelas faculdades de Direito. Portanto, a mocidade militar sofria um duplo preconceito: dentro da própria instituição e em meio à sociedade. Além disso, havia a insatisfação dos oficiais com as poucas promoções e a precária situação de trabalho que o Exército proporcionava.

Em função do estudo nas Academias Militares os oficiais estavam divididos. Os chamados “*científicos*”, geralmente das armas de Engenharia, Artilharia e Estado-Maior, fizeram suas carreiras fora da tropa, de forma mais acadêmica. E os oficiais de Infantaria e Cavalaria, chamados de *tarimbeiros*. É esta parte do oficialato que foi considerado inferior e pouco participava das promoções. Entretanto, atuaram com a tropa durante a Revolução Federalista de 1893 e na Guerra de Canudos de 1897.

Era este contexto o militar nacional no fim do século XIX no Brasil. É em função deste pensamento militar que a primeira forma de sistema de governo republicano foi a escolhida. O Marechal Deodoro da Fonseca preside o governo provisório, no período que ficou conhecido como “República da Espada” (1889-1894).

Neste pequeno espaço de tempo importantes ações foram feitas para dar ao Brasil o caráter de república federalista. Nas mãos dos militares ministros foram nomeados, foram extinta instituições como as Câmaras Municipais e o Senado Vitalício. Além do banimento da família real, separou-se a Igreja do Estado, e fez-se reformas financeiras elaboradas pelo Ministro da Fazenda Rui Barbosa, adotou-se de uma bandeira nacional e uma nova constituição foi elaborada.(FERNANDES, 2000,p.20)

A constituição de 1891 estabeleceu que a eleição para primeiro presidente seria feita pelo Congresso. Assim sendo, o Marechal Deodoro foi eleito para presidente e Floriano Peixoto para vice. Com o apoio dos militares o Marechal precisou centralizar o poder para direcionar o país a República, enfrentando a oposição da oligarquia cafeeira fortemente representada no Congresso Nacional. Com as inúmeras dissidências e atritos entre presidência e congresso, o Marechal Deodoro dissolve o Congresso, desrespeitando a constituição.

Contrário a essa atitude, o Almirante Custódio José de Melo ameaçou bombardear o Rio de Janeiro ,no episódio que ficou conhecido como a Primeira Revolta da Armada. Em meio à violenta oposição, o Marechal Deodoro da Fonseca, renuncia o cargo de presidente em 28 de novembro de 1891. Assume então , o vice presidente Floriano Peixoto, conhecido como o consolidador da República.

Floriano iniciou seu governo com uma crise de legitimidade, em razão da norma constitucional que dispunha sobre a duração de

seu mandato. As principais ações de Floriano Peixoto foram a reabertura do Congresso Nacional; o afastamento dos chefes de estado nomeados pelo antigo presidente; e a entrega da total responsabilidade de emissão de papel moeda ao Estado, além da adoção de práticas de incentivo à industrialização. Embora parecesse ser um político bastante popular, suas atitudes eram enérgicas frente às oposições. Pelo que passou à História como o *Marechal de ferro*. Apesar de promover o desenvolvimento econômico e social no país, teve que enfrentar revoltas, sendo a principal delas a Revolução Federalista, que eclodiu em 1893 no Rio Grande do Sul. Considerado um dos principais pólos militares brasileiros, foi sede de um conflito ideológico-militar pela disputa do poder da província.

A Revolução

Neste período, era Gaspar da Silveira Martins quem governava o Rio Grande do Sul. Nesta região o espectro político dividia-se entre positivistas e liberais. Os primeiros, com fortes raízes nos segmentos militares defendiam um governo centralizado, com a predominância do Executivo sobre o Legislativo, e com pouca autonomia política aos estados, agruparam-se no Partido Republicano Rio-Grandense. Já os liberais, herdeiros da tradição parlamentarista do Império, faziam-se representar pelo Partido Federalista, sendo fortemente avessos a abrir mão de parcelas de sua influência política e do poder regional.

Junto ao Partido Conservador, o Partido Republicano, adquiriu condições de disputar sua primeira eleição. O Visconde de Pelotas foi eleito, com Julio Prates de Castilhos sendo seu secretário de Governo. Porém, suas diferenças ideológicas foram demasiadas para o governo. O Visconde foi substituído pelo General Falcão da Frota, mais tarde também substituído pelo conservador Francisco Tavares. Ao contrário do gabinete de Visconde de Pelotas, o seu foi formado por políticos da mesma ideologia, causando descontentamento aos demais membros do partido. Após a derrubada de Tavares, assume o General Carlos Machado Bittencourt. (GRASSI, 1996, p.70)

Em 1891 ocorreu a aprovação da Constituição do Rio Grande do Sul, que previa a existência de apenas um partido, o republicano. Sendo assim, era o positivismo que ditava as leis sulistas. Por exemplo, o papel da mulher, dominada pelas paixões, era permanecer em casa cuidando dos filhos; e se enviuvasse não poderia se casar novamente. O

importante era manter a ordem, para que a sociedade evoluísse sozinha.

Após dezenove presidentes de província e uma junta governativa, em 1893, Julio Prates de Castilhos venceu as eleições. Participante ativo na política brasileira, foi um dos redatores da primeira constituição rio-grandense, e suas posições eram defendidas no jornal *A Federação*. Por duas vezes foi Presidente da Província do Rio Grande do Sul, foi eleito em 1891 e 1893. Poucos dias depois da posse, enfrentou a chamada Revolução Federalista.

liderada por seu inimigo político, Gaspar Silveira Martins. Castilhos liderou o grupo conhecidos como *pica paus*. Ficaram conhecidos desta forma, devido as listras brancas nos uniformes militares, e ao barulho das armas. Mais tarde estes homens usaram o lenço branco, para diferir dos *maragatos*.

Os membros do Partido Federalista foram chamados por Julio de Castilhos, líder do Partido Republicano, de "maragatos" devido à migração dos moradores da região de Maragateria na Espanha, para a região de fronteira entre Uruguai e Brasil. Posteriormente para os Pampas no Rio Grande do Sul. A imagem de gaúcho que nos foi ensinada é originária dos maragatos: roupas largas, bombacha e lenço vermelho amarrado no pescoço. Também são conhecidos pelo seu amor à liberdade, à religião e sua honra de cavaleiro. Os principais representantes maragatos eram Gaspar Silveira Martins e Gumercindo Saraiva.

Gaspar Silveira Martins era um parlamentarista ferrenho, importante no cenário nacional. Seu lema era *idéias não são metais que se fundem*. (RUAS & BONES, 1997, p.141) Foi eleito deputado em 1862 e senador em 1880 pelo Rio Grande do Sul. Após a proclamação da República em 1889 foi conselheiro de Estado e presidente da província em que viveu. Linhares afirma que em função da importância dos estados e ao fato de que o político no nível federal é resultado da combinação das oligarquias regionais. (LINHARES, 1990, p.302). Isso significa que as dissidências regionais eram levadas ao nível federal, e vice-versa.

A situação política do Rio Grande do Sul nas vésperas da Revolução está retratada no telegrama de autoria do General João Teles e enviado ao governo federal:

Pelo modo que chegaram as coisas aqui, acho que V. EX. deve declarar já o Rio Grande em Estado de Sitio, nomeando imediatamente um governo militar,

mas que este seja alheio as paixões políticas [...] .(REVERBEL, 1985, p.18)

O documento foi ignorado. A Revolução Federalista ou Guerra Civil, se inicia com a invasão das tropas de Gumerindo Saraiva a Bagé, e se estendeu até agosto de 1895 com a morte do federalista Saldanha da Gama.

A característica mais marcante da Guerra Civil foi uso da degola, usada pelos federalistas até no período que antecedia as hostilidades de guerra. Durante a Guerra, esta prática foi utilizada pela falta de estrutura para manter prisioneiros. A degola era utilizada por não exigir recursos e ser uma forma rápida de execução. A extrema violência diagnosticadas neste período se deve a presença de soldados iletrados, vindos em sua maioria da Argentina e do Uruguai.

Muita violência e morte foram registrados, porém nenhuma tropa federal foi mandada ao Rio Grande. A paz foi assinada em junho de 1895, com a situação política semelhante a 1892: Julio de Castilhos continuava como Presidente da Província do Rio Grande do Sul, mantendo intacta sua constituição.

Após o termino da Guerra, a divisão entre Maragatos e Pica-Paus continuou entre as famílias rio grandenses. A forma mais visível de percepção era a imprensa. Pequenos jornais apareciam e desapareciam em diversas regiões do estado. O jornal 'A Federação' que inicialmente era propagandista da Republica, durante e após a Guerra se tornou panfletário. No lançamento do "Correio do Povo" em 1895 por Caldas Junior esperava-se que fosse reavivado o espírito de rivalidades entre Federalistas e Republicanos. Porém este jornal se mostrou imparcial e independente, contribuindo para a pacificação rio-grandense. (REVERBEL, 1995, p. 94)

Conclusão

A filosofia pregada dentro das Escolas Militares durante o século XIX não se manteve apenas entre os militares. O Positivismo, idealizado por Augusto Comte, tinha seus adeptos em todo o país, inclusive no Rio Grande do Sul. Julio de Castilhos foi o principal representante nesta região, apesar de ter algumas visões diferentes de Comte. O idealizador do positivismo via uma sociedade pacifista, o bem comum e o amor à humanidade. Não foi esta cena que vimos durante a Revolução Federalista de 1893.

Conhecida como a Revolução da Degola, a revolta no Rio Grande do Sul foi extremamente

violenta. A sociedade não era levada em consideração e os mortos e prisioneiros de guerra não eram respeitados. Apenas o governo do Rio Grande estava em jogo. Em 1890, o Marechal Câmara teria admitido que uma guerra civil seria preferível a entregar o Rio Grande do Sul ao Partido Republicano (PACHECO, 2009, P.41).

Estas divergências locais também eram vistas em âmbito nacional, pois os principais personagens da Revolução participavam do governo federal. Gaspar Silveira Martins por exemplo, era inimigo pessoal e político do Marechal Deodoro, foi preso e exilado em uma viagem para o Rio de Janeiro. O Marechal Câmara, aliado de Deodoro, livrou Silveira Martins de maiores conseqüências. (PACHECO, 2009, P.40).

Em termos regionais, a Revolução Federalista dividiu os gaúchos em presidencialistas e parlamentaristas, centralizou o poder em políticos que estavam fora da aristocracia e fortaleceu o elo entre Governo federal e o Exército. Para a História, fica a Revolução entre ideários distintos que tentou implementar o parlamentarismo no Brasil no início do período republicano.

Referências

BONES, Elmar & RUAS, Tabajara. **A cabeça de Gumerindo Saraiva**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas: O imaginário da Republica no Brasil**. São Paulo; Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a Republica: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995.

FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano**, Tomo III. Vol. 1. São Paulo; Ed. Difel, 1975.

FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul 1503-1960**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1960.

GRASSI, Florindo. **Os Maragatos e o Médio Alto Uruguai no Sul do Brasil**. Frederico Westphalen –RS: Ed. URI, 1996.

LINHARES, Ieda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro; Elsevier, 1990.

McCam, Frank D. **Os Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1973)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.

PACHECO, Cleber. **A Era Castilhista in A Guarnição do Exército e sua atuação na**

XIV INIC

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica

X EPG

Encontro Latino Americano
de Pós Graduação

IV INIC Jr

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica Júnior

Guerra Civil de 1893-95 no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CIPEL, 2009.

REVERBEL, Carlos. Maragatos e Pica-paus; Guerra Civil e Degola no Rio Grande. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.